

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Declaração Anual do Contador Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas 4º Trimestre de 2024

I - DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- Falta de conciliação bancária*
- Falta de remessa de mapa gerencial da dívida ativa*
- Falta ou atraso de remessa de RMA ou RMB*
- Apropriação de despesas fora do período de competência*
- Receitas registradas fora do período de competência*
- Falta/restrição da conformidade de registro de gestão*
- Falta atualização da dívida ativa e respectivas provisões*
- Falta de avaliação de bens móveis/imóveis/intangíveis/outros*
- Saldo de bens móveis não confere com RMB*
- Falta/evolução incompatível de amortização do ativo intangível*
- Saldo alongado/indevido em contas de controle*
- Saldo alongado/indevido em contas transitórias do passivo circulante*
- Falta registro conformidade contábil (HU)*
- Falta de reconhecimento de bens imóveis*

Florianópolis, 31 de janeiro de 2024.

Neuton Alcedir de Lima Amaral
CRC/SC nº 025304/O-3

1 – Apresentação

A Universidade Federal de Santa Catarina é uma Autarquia Federal, com sede em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, fundada em 18 de dezembro de 1960, com o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma história de mais de 60 anos, a UFSC tem a “missão de produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico” e, para tanto, oferece diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Possui cinco campi: Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville. Os do interior foram instituídos em 2009 com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Ministério da Educação (MEC), em um processo de expansão da Universidade para outras regiões em Santa Catarina. Exceto Blumenau, que foi criado em 2013.

Cerca de 50 mil pessoas circulam diariamente em seus espaços, entre professores, técnicos administrativos em Educação, alunos de todos os níveis de ensino e comunidade externa. Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento, em 2021 a UFSC contava com 5.660 servidores (2.654 docentes e 3.006 técnico-administrativos em Educação); 1.087 alunos da educação básica; 31.898 matriculados em 119 cursos de graduação (107 presenciais e 12 a distância); 8.246 estudantes nos cursos stricto sensu (19 mestrados profissionais, 69 mestrados acadêmicos e 59 doutorados); e 2.938 matriculados em seis especializações. Na última avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduações, realizada pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram conceituados com notas 6 e 7 – as mais altas – 20 dos 71 programas avaliados, e 60,5% deles obtiveram nota igual ou superior a 5.

A UFSC possui 611 grupos de pesquisa, reunindo professores, técnicos e estudantes, que desenvolvem 3.555 projetos e publicam milhares de publicações em revistas científicas mundo afora. Tem destaque também a extensão, que atualmente realiza 23.901 iniciativas com impacto direto na sociedade. Além da expansão no próprio país, a UFSC tem se internacionalizado por meio da parceria com instituições de ensino de todo o mundo. Há, atualmente, 366 acordos de cooperação com instituições de todos os continentes.

Seu comprometimento com a excelência faz com que alcance altos níveis de qualificação, confirmados pelos últimos rankings nacionais e internacionais, como o da Times Higher Education (THE), que apontou que a UFSC é a sexta melhor universidade da América Latina e a quarta colocada entre as instituições brasileiras. Foram avaliadas 197 universidades de 13 países em 13 indicadores, que medem o desempenho de uma instituição em ensino, pesquisa, citações, transferência de conhecimento e perspectiva internacional. De acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2021, a UFSC é a quarta melhor universidade federal do país e a quinta no ranking geral. O IGC de 4,14 pontos, de cinco possíveis, coloca a instituição catarinense entre as universidades consideradas de excelência pelo MEC. A UFSC é uma das 15 universidades brasileiras a atingir a faixa 5 do IGC¹.

¹ Fonte: página institucional na internet.

2 – Base de preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em sua 10ª ed., as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) (apenas no 4º trim.); e
- VII. Notas Explicativas.

3 – Resumo das políticas contábeis significativas aplicadas

Os critérios e política contábeis estão em consonância com as normas contábeis vigentes e são resumidas a seguir, por grupo de contas patrimoniais.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São evidenciados, nesse grupo, depósitos bancários, aplicações de recursos da conta única do tesouro e limite de saque (valores da conta única disponíveis para pagamento, por meio de ordem bancária). Os valores são mensurados pelo custo, acrescidos de eventuais rendimentos de aplicação, quando em moeda nacional. Os valores em moeda estrangeira, se houver, são convertidos em moeda nacional, na data da publicação do balanço. Os rendimentos de valores aplicados são registrados em contas de resultado.

b) Demais créditos e valores a curto prazo

Representam os valores pagos a título de adiantamentos de salário, de férias e de gratificação natalina, bem como de eventuais rendimentos de aplicação em conta única já calculados, mas ainda não creditados. São avaliados pelo seu valor original, na data do pagamento, nos casos de adiantamentos, e com base no valor apurado no decêndio, no caso dos rendimentos de aplicação.

c) Estoques

Os estoques são constituídos de materiais para diversas finalidades, como de expediente, de limpeza, produtos farmacêuticos e peças de reposição. Incluem também materiais para manutenção predial e gêneros de alimentação, no caso do restaurante universitário e do colégio de aplicação. São mensurados pelo custo de aquisição e movimentados pelo

método do custo médio ponderado móvel. Os estoques obtidos a título gratuito, doações, são reconhecidos com base no valor justo.

d) Bens móveis

Compreende os bens que possuem existência física e que podem ser transportados por movimento próprio ou por força alheia, sem alteração de substância ou de destinação econômico-social. Esse grupo é composto por mobiliário, equipamentos de laboratório e hospitalar, equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação, veículos de tração mecânica, embarcações, instrumentos musicais, equipamentos de orientação e de medição, entre outros. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo tributos, fretes, seguros, custo de instalação e de treinamento, bem como eventuais gastos com desembarço aduaneiro. Quando da incorporação de bens oriundos do exterior, os custos de aquisição são convertidos pela taxa de câmbio aplicável a cada gasto, tal como taxa de fechamento da operação de câmbio. Bens obtidos a título gratuito são reconhecidos com base no valor justo.

Importante ressaltar que os saldos das contas contábeis de bens móveis, no SIAFI, não estão conciliados com os saldos do sistema de patrimônio. Isso porque o setor de patrimônio não tem encaminhado o RMB, ao final de cada mês, devido a falhas e inconsistências no sistema de patrimônio. Houve a migração de dados do sistema antigo de controle patrimonial para o atual em 2010, mas, na época, não foram comparados os saldos dos dois sistemas, porque o antigo não dispunha de relatórios. Foi criada uma comissão multissetorial, em 2015, para tentar resolver as pendências do sistema e viabilizar o RMB, além da depreciação, mas a rotina foi interrompida logo no segundo mês de 2015, porque as divergências entre o RMB e a movimentação das contas no SIAFI, e mesmo as movimentações no próprio sistema de patrimônio, não conseguiram ser explicadas pelo setor de patrimônio, nem pelo setor de tecnologia da informação. Esse assunto será retomado e melhor explicado no item g).

e) Bens imóveis

São evidenciados, nesse grupo, os bens de uso especial, destinados e utilizados nas prestações de serviços públicos pela instituição, tais como terrenos, edificações, parques, fazendas, museus, entre outros. São mensurados, inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, suas bases podem ser atualizadas seguindo os critérios estabelecidos pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, que, segundo o §2º do art. 4º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, “poderão ser processadas mediante: I - indicadores monetários definidos pela Secretaria de Patrimônio da União; II - variação do CUB, ao valor cadastrado referente as benfeitorias; III - variação do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU - fornecidos pelos municípios; ou IV - variação do valor da terra nua fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pelas Entidades Executoras do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, ou outro órgão que disponibilize tais informações”.

f) Intangível

Composto por licenças de softwares, na sua maioria, o grupo intangível é mensurado com base no valor original, incluindo o custo do principal e demais gastos necessários para que o ativo possa ser utilizado, conforme pretendido pela instituição. Em geral, os

intangíveis são obtidos em transações com contraprestação, mas se ocorrer incorporação de um ativo intangível sem contraprestação, a base de mensuração deve ser pelo valor justo.

g) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação dos bens imóveis é determinada na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 e segue o Método da Parábola de Kuentzle, conforme equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Segundo o § 5º do art. 11 dessa Portaria, “para fins da depreciação, a vida útil será definida pela SPU, disponível no sítio eletrônico <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis>>”.

A Portaria também determina que, até que sejam desenvolvidas funcionalidades sistêmicas relativas à depreciação e atualização automática dos imóveis da União, devem ser repassadas, mensalmente, por parte da SPU, as estimativas de depreciação dos bens imóveis de uso especial, por RIP e Unidade Gestora, à STN, para que realize a contabilização da depreciação.

Já a depreciação de bens móveis, segue os critérios estabelecidos na macrofunção SIAFI 020330, de acordo com a tabela de vida útil e de valor residual, item 6.3 da macrofunção, para conta contábil. Os bens são depreciados a partir do mês seguinte ao da incorporação e a depreciação mensal de cada bem passa a compor o total a depreciar, até que o valor bruto, deduzido da depreciação acumulada, seja igual ao valor residual.

Vale ressaltar que a rotina de depreciação de bens móveis foi iniciada em 2015, somente para os bens incorporados a partir de 2010 (os anteriores deveriam passar por reavaliação, antes de serem depreciados), mas foi logo em seguida interrompida. Na época, foi criada uma comissão multissetorial, a fim de identificar as condições do sistema e do controle patrimonial e sugerir a forma de implantação da rotina. Detectou-se que o sistema de controle patrimonial apresentava inconsistências nos valores pelos quais bens anteriormente registrados em outro sistema foram migrados, em 2010, para o atual. A comissão atuou junto ao setor de tecnologia da informação para tentar mitigar essas inconsistências, mas não foi possível atestar a eficácia dessa resolução, uma vez que o sistema antigo não dispunha de relatórios, para se comparar com os do sistema atual, considerando-se, ainda, que existiam duas bases no sistema anterior, que foram mescladas. Além disso, os saldos do SIAFI não estavam conciliados com os dos sistemas de patrimônio, pois a rotina de envio de RMB, como informado no item d), não estava implementada, o que agravava a dificuldade em comparar saldos.

Apesar disso, e considerando que a contabilidade deve registrar um fato, mesmo que haja razoável certeza de sua ocorrência, foi iniciado o lançamento da depreciação, em janeiro de 2015. Considerou-se, na época, e com base nos achados da Comissão, que a base para cálculo da depreciação mais adequada era aquela constante no sistema de patrimônio atual, já que seriam depreciados apenas os bens incorporados a partir de 2010, já no novo sistema. Assim, mesmo que os valores do sistema de patrimônio e do SIAFI não estivessem conciliados, presumiu-se, nesse primeiro momento, que o sistema de patrimônio era a melhor fonte de obtenção desses dados. No entanto, logo nos dois primeiros meses de 2015, verificou-se que o sistema de patrimônio apresentava inconsistências no RMB, então ele deixou de representar uma base confiável, mesmo que de forma razoável, dados os indícios de incorreções recorrentes. Por causa disso, a rotina de depreciação foi interrompida e até o encerramento do quarto trimestre de 2023 não foi retomada.

Os bens intangíveis também não estão sendo amortizados, pela mesma razão apresentada para os bens móveis. Houve um esforço para segregar os intangíveis de vida útil definida e os de vida útil indefinida, de forma a garantir que somente os de vida definida sejam amortizados, mas esses bens são também tombados no sistema de patrimônio, portanto sujeitos às mesmas inconsistências relatadas.

h) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar a curto prazo

Grupo que evidencia as obrigações decorrentes gastos com pessoal ativo, inativo e pensionista, decorrentes de contratos de trabalho pelo regime estatutário ou de contratações temporárias. São mensurados com base no valor apurado em sistema próprio do Governo Federal, o que implica mensuração pelo valor original, na maioria dos casos, tais como proventos mensais, e com base em critérios específicos, como, por exemplo, valores pagos a partir de decisões judiciais, em que se observa o cômputo do gasto conforme o determinado na sentença.

i) Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Representa os valores remanescentes a pagar a fornecedores, no encerramento do exercício. São mensurados com base no valor original, apurado na liquidação do empenho, e geralmente não são atualizados, já que o pagamento ocorre de forma regular e no vencimento. Eventuais valores a pagar sem cobertura orçamentária são mensurados a partir de faturas emitidas até o final do exercício, deduzidos dos saldos de empenho a liquidar, para cada contrato.

j) Demais obrigações a curto prazo

Esse grupo inclui retenções em folha de pagamento, tais como tributos, planos de previdência, empréstimos consignados, planos e seguros, contribuições para associações, entre outros. Fazem parte, também, do grupo, transferências financeiras a comprovar (TED), precatórios e cauções. São mensurados pelo valor original e atualizados, conforme o caso, a taxa de correção aplicável, como por exemplo, os valores de precatórios a vencer no próximo exercício.

k) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar a longo prazo

O grupo é composto, geralmente, de precatórios trabalhistas. É mensurado, inicialmente, pelo valor original e é atualizado conforme correção determinada em sentença judicial.

l) Demais obrigações a longo prazo

Composto, geralmente, de precatórios de terceiros. É mensurado, inicialmente, pelo valor original e é atualizado conforme correção determinada em sentença judicial.

m) Contas de resultado

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são reconhecidas quando, respectivamente, for provável que benefícios econômicos ou potenciais de serviços decorrentes da transação fluirão para a entidade e, no caso das diminutivas, for provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a entidade. Em geral, são reconhecidos pelo princípio da competência, mas há situações em que isso não ocorre, atualmente.

Algumas receitas próprias não estão sendo reconhecidas no fato gerador, mas apenas por ocasião do recebimento. É o caso, principalmente, dos aluguéis de espaços públicos. Não existe uma rotina de envio, por parte dos setores que promovem o controle da arrecadação dos aluguéis, de relatório mensal para conciliação. Desta forma, as receitas somente são contabilizadas no SIAFI quando do recebimento.

Existem também incorporações de bens sem contraprestação que não são evidenciadas quando os fatos ocorrem. O setor de patrimônio enfrenta dificuldades em tomar e registrar bens obtidos a título gratuito, por falhas nos fluxos para tombamento. Atualmente, há represamento de processos pendentes de incorporação, o que implica em atraso no envio dessas informações para a contabilidade, ocasionando o reconhecimento extemporâneo de receitas por doações de bens recebidos. Quando isso ocorre, o registro da variação patrimonial aumentativa se dá diretamente em conta do patrimônio líquido, como ajuste de exercícios anteriores.

No caso das despesas, algumas também não estão sendo evidenciadas no fato gerador. Da mesma forma que ocorre com as doações recebidas, existe um represamento de processos de baixa de bens móveis. O fluxo para o desfazimento de bens é complexo e passa por muitos setores, mas há indícios também de falhas nos controles internos que dificultam o envio, por parte do setor de patrimônio, das informações acerca das baixas de bens, implicando no registro contábil extemporâneo.

Por outro lado, algumas despesas acabam superavaliadas, em cada mês, pela ausência de ajuste ou de estorno, em decorrência de ressarcimentos. Em se tratando de reembolso de pessoal cedido, não existe, atualmente, uma rotina de envio, pelo setor de recursos humanos, de relatório em que sejam evidenciados os servidores, os montantes pagos, os órgãos para os quais foram cedidos e os vencimentos. A ausência desse relatório ocasiona a majoração das despesas com pessoal, uma vez que o estorno da despesa só ocorre por ocasião do recebimento. Situação semelhante ocorre também com o ressarcimento de água e energia elétrica, no caso dos contratos de aluguel, pela razão já exposta.

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são reproduzidas a seguir, sem prejuízo da publicação oficial, na página da instituição, com o intuito de facilitar a compreensão das notas explicativas.

Balço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2024	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO	27/01/2025	PÁGINA	1
ORÇAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2024	2023		2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	293.357.634,42	166.445.078,10	PASSIVO CIRCULANTE	738.327.521,79	822.418.601,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	141.747.642,08	152.364.554,13	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	118.148.185,97	221.366.922,56
Créditos a Curto Prazo	148.349.979,39	10.880.478,31	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	148.349.979,39	10.880.478,31	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	32.833.839,24	36.763.745,64
Demais Créditos e Valores	148.349.979,39	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.260.012,95	3.200.045,66	Demais Obrigações a Curto Prazo	587.244.456,58	564.287.932,99
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.629.832.466,05	1.160.134.358,69	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	738.327.521,79	822.418.601,19
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	1.624.429.860,13	1.154.961.328,04			
Bens Móveis	448.350.016,75	431.256.913,37	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-48.120.203,38	-48.174.670,26	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Bens Imóveis	1.176.079.843,38	723.722.414,67	Reservas de Capital	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-118,50	-13.887.300,26	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	Reservas de Lucros	476.704.978,39	30.691.217,74
	5.402.605,92	5.153.030,65	Demais Reservas	708.157.600,29	473.469.617,86
Softwares	5.402.605,92	5.153.030,65	Resultados Acumulados	-7.134.374,73	-67.804.846,88
Softwares	5.402.605,92	5.153.030,65	Resultado do Exercício	473.469.617,86	567.194.004,73
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	241.822.357,16	-5.919.536,66
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	(-) Agões / Cotas em Teseuraria	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.184.862.578,68	504.160.835,60

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 27/01/2025	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO		
			2024	2023	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.923.190.100,47	1.326.579.436,79	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.923.190.100,47	1.326.579.436,79

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	141.747.642,08	152.364.554,13	PASSIVO FINANCEIRO	295.382.208,27	322.038.331,89
ATIVO PERMANENTE	1.781.442.458,39	1.174.214.882,66	PASSIVO PERMANENTE	519.258.328,30	610.637.634,25
			SALDO PATRIMONIAL	1.108.549.563,90	393.703.270,85

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	367.313.434,12	391.690.909,14	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.723.417.473,70	1.422.862.006,77
Atos Potenciais Ativos	367.313.434,12	391.690.909,14	Atos Potenciais Passivos	1.723.417.473,70	1.422.862.006,77
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	366.805.323,57	391.320.808,09	Obrigações Conventadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	508.110,56	370.101,05	Obrigações Contratuais	1.723.417.473,70	1.422.862.006,77
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	367.313.434,12	391.690.909,14	TOTAL	1.723.417.473,70	1.422.862.006,77

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-103.898.634,51
Recursos Vinculados	-49.735.871,68
Educação	-5.122.296,31
Seguridade Social (Exceção Previdenciária)	-26.513.968,05
Previdência Social (RPPS)	-119.177,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 27/01/2025	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Dívida Pública	-7.601.051,17
Fundos, Órgãos e Programas	-7.379.378,51
TOTAL	-153.634.566,19

Demonstração das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2024	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
-------------------	---

EMISSAO 27/01/2025	PAGINA 1
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.704.451.903,21	2.456.161.995,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	46.678.540,38	35.689.301,82
Venda de Mercadorias	2.566.866,58	1.584.084,38
Vendas de Produtos	98.804,92	201.044,11
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	44.013.068,90	33.904.173,33
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.127.302,74	1.154.025,66
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	104.831,72	143.504,09
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.022.871,02	1.010.521,57
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.484.053.159,77	2.288.619.238,70
Transferências Intragovernamentais	2.483.451.053,16	2.287.268.770,14
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	98,00	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	802.008,61	1.350.459,56
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	170.121.432,09	126.491.557,82
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	11,77	0,29
Ganhos com Desincorporação de Passivos	170.121.420,32	126.491.557,53
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.471.468,23	4.207.871,75
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2024	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
-------------------	---

EMISSAO 27/01/2025	PAGINA 2
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.471.468,23	4.207.871,75
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.711.586.277,94	2.543.966.842,63
Pessoal e Encargos	1.182.436.002,19	1.167.893.051,14
Remuneração a Pessoal	621.593.704,75	934.132.003,70
Encargos Patronais	194.192.432,58	188.408.234,12
Benefícios a Pessoal	66.644.525,28	45.337.008,33
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.339,58	15.994,89
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	752.712.564,04	715.033.992,03
Aposentadorias e Reformas	635.878.111,57	612.014.105,75
Pensões	94.075.970,02	85.795.300,59
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.760.473,45	17.234.585,69
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	323.564.442,05	253.754.720,96
Uso de Material de Consumo	13.772.411,31	16.882.222,03
Serviços	308.205.424,35	235.244.960,82
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.588.806,39	1.627.538,11
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	37.719,62	23.658,62
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	37.695,62	23.658,62
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	24,00	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	214.253.956,82	212.861.856,15
Transferências Intragovernamentais	214.017.602,16	212.608.389,30
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	170.413,28	177.937,75
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	65.941,40	75.520,10
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	190.087.548,56	151.335.885,56
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	40,99	1.099,59
Incorporação de Passivos	190.005.453,84	151.334.818,97

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2024	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 27/01/2025	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
Desincorporação de Ativos	82.053,73	-
Tributárias	1.485.032,15	1.261.495,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	900.406,33	768.922,34
Contribuições	584.625,82	492.572,95
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	47.009.012,51	41.802.182,88
Premiações	-	4.170,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	46.961.693,04	41.638.382,47
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	147.318,67	150.630,41
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-7.134.374,73	-87.804.846,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2024	2023

Balanco Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2024	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 27/01/2025	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	47.380.590,00	47.380.590,00	49.684.803,36	2.304.213,36
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	5.676.194,00	5.676.194,00	5.787.905,01	111.711,01
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.658.053,00	4.658.053,00	4.759.235,18	101.182,18
Valores Mobiliários	1.018.141,00	1.018.141,00	1.028.669,83	10.528,83
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	2.632.368,00	2.632.368,00	2.566.866,56	-65.501,44
Receita Industrial	170.035,00	170.035,00	96.604,92	-71.430,08
Receitas de Serviços	35.874.237,00	35.874.237,00	39.266.509,12	3.392.272,12
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	35.874.237,00	35.874.237,00	39.266.509,12	3.392.272,12
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	98,00	98,00
Outras Receitas Correntes	3.027.756,00	3.027.756,00	1.964.819,75	-1.062.936,25
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	861,43	861,43
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.931.257,00	2.931.257,00	1.896.330,50	-1.044.926,50
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	96.499,00	96.499,00	97.827,82	1.128,82
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	2024	PERIODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	27/01/2025	PAGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integração do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	47.380.590,00	47.380.590,00	49.684.803,36	2.304.213,36
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	47.380.590,00	47.380.590,00	49.684.803,36	2.304.213,36
DEFICIT			2.260.788.891,27	2.260.788.891,27
TOTAL	47.380.590,00	47.380.590,00	2.310.474.684,63	2.263.094.104,63
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				
Superavit Financeiro	-	56.504.853,00	-	-56.504.853,00
Excesso de Arrecadação	-	232.442,00	-	-
Créditos Cancelados	-	56.272.411,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.099.852.431,00	2.162.256.335,00	2.290.691.681,04	2.240.288.584,10	2.027.561.451,58	-128.435.346,04
Pessoal e Encargos Sociais	1.841.493.516,00	1.859.915.776,00	1.845.504.944,83	1.845.504.944,83	1.670.641.627,50	14.410.831,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	258.358.915,00	302.340.559,00	445.186.736,21	394.783.639,27	356.919.824,08	-142.846.177,21
DESPESAS DE CAPITAL	14.752.160,00	8.853.109,00	19.783.013,59	13.514.145,09	8.849.277,88	-10.929.904,59
Investimentos	14.752.160,00	8.853.109,00	19.783.013,59	13.514.145,09	8.849.277,88	-10.929.904,59
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.114.604.591,00	2.171.109.444,00	2.310.474.694,63	2.253.802.729,19	2.036.410.729,46	-139.365.250,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	2.114.604.591,00	2.171.109.444,00	2.310.474.694,63	2.253.802.729,19	2.036.410.729,46	-139.365.250,63



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	2024	PERIODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	27/01/2025	PAGINA	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	2.114.604.591,00	2.171.109.444,00	2.310.474.694,63	2.253.802.729,19	2.036.410.729,46	-139.365.250,63

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.832.759,29	86.299.191,14	75.500.461,75	75.378.634,34	1.580.859,96	13.172.456,13
Pessoal e Encargos Sociais	-	28.391,97	-	-	-	28.391,97
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.832.759,29	86.270.799,17	75.500.461,75	75.378.634,34	1.580.859,96	13.144.064,16
DESPESAS DE CAPITAL	12.133.567,58	8.192.046,74	8.696.758,06	8.569.719,08	4.693.498,68	7.062.396,56
Investimentos	12.133.567,58	8.192.046,74	8.696.758,06	8.569.719,08	4.693.498,68	7.062.396,56
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15.966.326,87	94.491.237,88	84.197.219,81	83.948.353,42	6.274.358,64	20.234.852,69

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.531.839,73	208.499.857,60	208.495.063,47	522.712,20	1.023.921,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	173.492.096,24	173.492.096,24	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.531.839,73	35.007.761,36	34.992.967,23	522.712,20	1.023.921,66
DESPESAS DE CAPITAL	494,47	1.493.070,75	1.493.070,75	-	494,47
Investimentos	494,47	1.493.070,75	1.493.070,75	-	494,47
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.532.334,20	209.992.928,35	209.978.134,22	522.712,20	1.024.416,13

Balanco Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2024	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 27/01/2025	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	49.684.803,36	40.447.848,65	Despesas Orçamentárias	2.310.474.694,63	2.190.543.478,17
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.675.043.284,16	1.372.914.112,90
Vinculadas	55.332.406,66	45.422.468,40	Vinculadas	635.431.410,47	617.629.365,27
Seguridade Social (Exceto Previdência)	150,00	-	Educação	14.945.720,50	133.056,68
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	62.423.504,96	67.833.220,53
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	55.249.782,26	45.422.218,40	Previdência Social (RPPS)	489.520.231,83	573.665.039,87
Recursos Não Classificados	82.494,40	250,00	Dívida Pública	81.117.158,23	3.111.158,23
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-5.647.603,30	-4.974.619,75	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	68.641.883,18	64.880.889,68
Transferências Financeiras Recebidas	2.483.451.053,16	2.287.268.779,14	Transferências Financeiras Concedidas	212.958.653,83	211.888.734,61
Resultantes da Execução Orçamentária	2.339.241.352,27	2.195.522.208,05	Resultantes da Execução Orçamentária	210.326.838,83	208.810.433,23
Repasse Recebido	2.128.951.580,91	1.986.750.494,14	Repasse Concedido	37.067,47	38.719,32
Sub-repasse Recebido	210.289.771,36	208.771.713,91	Sub-repasse Concedido	210.289.771,36	208.771.713,91
Independentes da Execução Orçamentária	144.209.700,89	91.746.571,09	Independentes da Execução Orçamentária	2.631.815,00	3.078.301,38
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	83.180.048,53	86.104.004,30	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	911,94	13.705,26
Demais Transferências Recebidas	1.954.024,53	2.392.571,00	Demais Transferências Concedidas	1.905.277,69	2.393.042,66
Movimentação de Saldos Patrimoniais	59.075.627,83	3.189.635,76	Movimento de Saldos Patrimoniais	725.625,37	670.655,46
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	275.283.688,53	300.854.718,24	Pagamentos Extraorçamentários	295.603.108,64	203.665.511,02
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	217.391.699,73	204.960.963,77	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	206.878.134,22	141.627.920,59
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	56.671.965,44	94.491.237,88	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	83.948.353,42	60.528.111,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	618.994,08	792.809,51	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	617.672,67	789.823,67
Outros Recebimentos Extraorçamentários	600.756,28	609.607,08	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.058.048,33	719.654,69
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.178,48	1.093,06	Demais Pagamentos	1.058.048,33	719.654,69
Arrecadação de Outra Unidade	598.580,80	608.814,02			
Saldo do Exercício Anterior	152.364.554,13	129.890.931,90	Saldo para o Exercício Seguinte	141.747.642,08	152.364.554,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	152.364.554,13	129.890.931,90	Caixa e Equivalentes de Caixa	141.747.642,08	152.364.554,13
TOTAL	2.960.784.099,18	2.758.462.277,93	TOTAL	2.960.784.099,18	2.758.462.277,93

Demonstração do Fluxo de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2024	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 27/01/2025	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.295.155,68	67.074.383,93
INGRESSOS	2.534.353.401,40	2.329.118.051,32
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	4.759.235,18	4.693.093,39
Receita Agropecuária	2.566.866,56	1.584.084,38
Receita Industrial	98.604,92	201.044,11
Receita de Serviços	39.266.509,12	29.217.228,46
Remuneração das Disponibilidades	1.028.669,83	1.015.985,01
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.964.819,75	3.736.413,30
Transferências Recebidas	98,00	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	98,00	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.484.668.598,04	2.288.670.202,67
Ingressos Extraorçamentários	618.994,08	792.609,51
Transferências Financeiras Recebidas	2.483.451.053,16	2.287.268.779,14
Arrecadação de Outra Unidade	598.580,80	608.814,02
DESEMBOLSOS	-2.526.058.245,74	-2.282.043.657,39
Pessoal e Demais Despesas	-2.123.273.071,44	-1.885.737.448,87
Legislativo	-	-
Judiciário	-86.746,99	-309.828,28
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-4.232.732,55	-3.901.807,65
Defesa Nacional	-2.707.618,41	-
Segurança Pública	-268.088,15	-1.572.978,94
Relações Exteriores	-4.571,28	-
Assistência Social	-300.000,00	-
Previdência Social	-732.674.079,23	-697.607.594,91
Saúde	-63.984.816,82	-51.071.730,55
Trabalho	-	-
Educação	-1.262.576.320,05	-1.108.837.808,68
Cultura	-700.000,00	-323.280,00
Direitos da Cidadania	-3.817.157,51	-2.494,00
Urbanismo	-2.613.340,00	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-650.000,00	-1.498.281,20
Ciência e Tecnologia	-2.373.824,18	-1.316.138,69
Agricultura	-200.036,00	-1.175.000,00
Organização Agrária	-3.160.000,00	-170.000,00
Indústria	-1.491.845,10	-371.384,00

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2024	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 27/01/2025	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2024	2023
Comércio e Serviços	-	-830.480,00
Comunicações	-643.000,00	-
Energia	-	-
Transporte	-30.620.718,01	-16.021.919,34
Desporto e Lazer	-333.796,04	-264.234,19
Encargos Especiais	-257.556,00	-163.560,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.178,48	1.069,06
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-188.149.899,47	-182.907.595,25
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-187.913.544,81	-182.654.528,40
Outras Transferências Concedidas	-230.354,66	-253.466,85
Outros Desembolsos Operacionais	-214.635.274,83	-213.398.213,27
Dispêndios Extraorçamentários	-617.672,67	-789.823,97
Transferências Financeiras Concedidas	-212.958.053,83	-211.888.734,61
Demais Pagamentos	-1.058.948,33	-719.659,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-18.912.067,71	-24.600.771,70
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-18.912.067,71	-24.600.771,70
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.847.833,95	-16.322.306,59
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-7.064.233,76	-8.278.465,11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-10.616.912,05	22.473.622,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	152.364.554,13	129.890.931,90
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	141.747.642,08	152.364.554,13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2024	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 27/01/2025	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	567.194.004,73	-	-	567.194.004,73
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-5.919.539,99	-	-	-5.919.539,99
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	30.691.217,74	-	-	-	30.691.217,74
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-87.804.846,88	-	-	-87.804.846,88
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	30.691.217,74	473.499.617,86	-	-	504.190.835,60

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	30.691.217,74	473.499.617,86	-	-	504.190.835,60
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	15.273.878,15	241.822.357,16	-	-	257.096.235,31
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	430.739.882,50	-	-	-	430.739.882,50
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-7.134.374,73	-	-	-7.134.374,73
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	476.704.978,30	708.157.600,29	-	-	1.184.862.578,68

III - NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas foram elaboradas para facilitar a compreensão das demonstrações contábeis, em complemento, mas sem esgotar as possibilidades de análise. Representam uma ferramenta para elucidar aspectos dos relatórios contábeis publicados que precisam ser pormenorizadas, tais como valores relevantes dentro dos grupos de contas, bem como para relatar informações que, se ausentes, podem dificultar a correta compreensão das demonstrações contábeis.

Para melhor elucidar os usuários das informações contábeis, são apresentadas, a seguir, as notas explicativas por tema, geralmente coincidindo com os grupos de contas do Balanço Patrimonial. Apesar dessa estrutura, as informações podem vir correlacionadas com outros demonstrativos, tais como DVP, BF etc., quando possuem relevância informacional em mais de um relatório ou para melhor compreensão da informação prestada em cada nota explicativa.

1. Ativo

	31/dez/24	31/dez/23	AH	AV
110000000 ATIVO CIRCULANTE	293.357.634,42	166.445.078,10	76,25%	15,25%
120000000 ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.629.832.466,05	1.160.134.358,69	40,49%	84,75%
TOTAL	1.923.190.100,47	1.326.579.436,79	44,97%	100,00%

Fonte: Siafi2024 e 2023

A variação total do ativo representa a variação do patrimônio da instituição como um todo, ou seja, tem a mesma variação do passivo, somado ao patrimônio líquido. Nesse sentido, houve aumento de 44,97%, do final de 2023 para final de 2024, influenciado principalmente pela variação positiva do ativo não circulante, 40,49%. Embora a variação do ativo circulante tenha sido maior, 76,25%, seu peso no total do ativo é de apenas 15,25%, e, se considerada a variação do grupo de forma isolada, contribuiu para um aumento de 9,57%, em relação a 2023. Já o ativo não circulante, que participa com 84,75%, aumentou 35,41%, se considerado de forma isolada, o ativo total. São apresentadas, a seguir, análises mais pormenorizadas dessas variações.

1.1. Ativo circulante

	31/dez/24	31/dez/23	AH	AV
111000000 CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	141.747.642,08	152.364.554,13	-6,97%	48,32%
113000000 DEMAIS CRÉD. VAL. CP	148.349.979,39	10.880.478,31	1263,45%	50,57%
115000000 ESTOQUES	3.260.012,95	3.200.045,66	1,87%	1,11%
TOTAL	293.357.634,42	166.445.078,10	76,25%	100,00%

Fonte: Siafi2024 e 2023

Na análise do segundo trimestre de 2024, a maior variação havia sido no grupo Estoques, com redução de 102,75%, influenciado principalmente pela interrupção do envio de relatórios de fechamento por um almoxarifado, durante o período de greve de servidores e docentes. Com a normalização no envio dos relatórios, esse grupo voltou à normalidade,

apresentando uma variação positiva de 1,87%, em relação ao saldo do fechamento de balanço de 2023, mas o grupo é pouco relevante na composição do Circulante, 1,11%. O saldo de maior relevância no Ativo Circulante, no entanto, está em Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, representando 50,57% do grupo e com variação positiva de mais de 1.200%. A principal variação do grupo se deu na conta de Adiantamento de Férias, em razão de ajuste do confronto entre provisões e o efetivo pagamento de férias, que resultou em lançamentos retroativos de valores por pagamento de férias não reconhecidos anteriormente, inclusive de exercícios anteriores, mas isso será melhor evidenciado na nota explicativa 3.3.

A segunda maior conta do grupo é Caixa e Equivalentes de Caixa, 48,32%, analisado a seguir.

1.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31/dez/24	31/dez/23	AH	AV
111110206 CTU – RECURSOS APL	9.641.473,84	9.612.904,01	0,30%	6,80%
111122001 LIMITE DE SAQUE COM VINC.	3.752.122,63	8.258.337,53	-54,57%	2,65%
111122003 LIMITE DE SAQ VINC. OFSS	128.354.045,61	134.493.312,59	-4,56%	90,55%
TOTAL	141.747.642,08	152.364.554,13	-6,97%	100,00%

Fonte: Siafi2024 e 2023

As maiores variações nesse grupo ocorreram nas contas representativas de limite de saque da Conta Única do Tesouro. São duas contas, mas que podem ser analisadas como uma, já que a primeira, 1112.20.01, acumula os saldos disponíveis para o pagamento de despesas, uma vez superada a etapa da liquidação, enquanto a segunda, 1112.20.03, acumula um saldo transitório entre o comando de pagamento e a autorização da ordem bancária, pelo gestor financeiro. A variação dessas duas contas, combinadas, foi uma redução de 7,46%, do final de dezembro de 2023 para o encerramento de 2024. São as contas mais representativas do grupo, com quase 93,2%, somadas.

1.1.2. Estoques

	31/dez/24	31/dez/23	AH	AV
115610100 MATERIAIS DE CONSUMO	2.372.878,91	2.537.542,45	-6,49%	72,79%
115810301 MERC. PARA DOAÇÃO	887.134,04	662.503,21	33,91%	27,21%
TOTAL	3.260.012,95	3.200.045,66	1,87%	100,00%

Fonte: Siafi2024 e 2023

Os estoques de material de consumo evidenciam os valores remanescentes em almoxarifado, no final de cada período. São produtos como materiais de expediente, de limpeza, de reposição (peças), medicamentos de farmácias setoriais, entre outros. Até o segundo trimestre de 2024, como já dito, houve variação positiva de 102,75%, devido à interrupção do envio dos relatórios de almoxarifado, desde o final do primeiro trimestre, em razão da paralização de greve de servidores, que impediram a conciliação. Portanto, as baixas pelo consumo não foram registradas, o que prejudicou a correta evidenciação dos saldos finais em estoque. Essa distorção foi corrigida pela retomada das atividades dos servidores, com o encerramento da greve, e a variação da conta “materiais de consumo” foi 1,87% positiva, em relação ao saldo final de 2023. Entretanto, o

almoxarifado do RU não entregou os relatórios de dezembro até o fechamento de 2024, o que significa que o saldo total da conta não pode ser conciliado, bem como as baixas relativas a dezembro para esse almoxarifado não foram contabilizados.

Os estoques de mercadorias para doação representam as compras de alimentos para merenda escolar do Colégio de Aplicação do Campus Universitário Trindade, na Capital de Santa Catarina. Essa conta teve crescimento de 33,91%, mas a variação não evidencia, necessariamente, maior consumo. Deve-se ao fato de o almoxarifado do Colégio de Aplicação não encaminhar o RMA, no final de cada mês, o que ocasiona o acúmulo, na conta, de produtos já consumidos. A baixa efetiva é feita apenas por inventário, rotina que necessita ser revista e adequada, nos moldes dos procedimentos aplicáveis aos demais almoxarifados.

1.2. Ativo não circulante

No ativo não circulante, são evidenciados valores que têm realização ou expectativa de realização após o encerramento do exercício seguinte. Porém, não significa que não afetem o exercício corrente, já que, por mais que o valor principal de cada item, contido nas contas, tenha um prazo de execução mais alongado, efeitos como atualização desses valores têm reflexo no resultado. São exemplos disso a depreciação, a amortização e a exaustão de valores do ativo permanente, mas também atualização de valores que representam investimentos, depósitos judiciais, entre outros.

1.2.1. Imobilizado

Dentro desse grupo, são evidenciados os bens permanentes, que possuem substância física, e são utilizados pela entidade no atingimento de seus objetivos institucionais. A seguir, são apresentados os valores que tiveram maior influência, em 2024.

1.2.1.1. Bens móveis

		31/dez/24	31/dez/23	AH	AV
123110201	EQUIP TEC INFORM COM/TIC	101.570.412,66	99.620.269,86	1,96%	20,46%
123110103	EQUIP MED,ODNT,LAB HOSP	94.389.858,33	93.424.068,76	1,03%	19,01%
123119908	BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	67.087.111,13	67.087.111,13	0,00%	13,51%
123110703	ADIANT P INVERS BENS MOV	60.364.427,70	51.815.840,96	16,50%	12,16%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	45.479.950,91	43.463.593,04	4,64%	9,16%
123110405	EQUIP P/ AUDIO, VID E FOTO	23.627.081,96	23.019.680,85	2,64%	4,76%
	DEMAIS BENS MÓVEIS	103.951.377,44	101.002.919,03	2,92%	20,94%
	TOTAL BRUTO	496.470.220,13	479.433.483,63	3,55%	100,00%
123810100	DEPREC ACUM - BENS MOV	-48.120.203,38	-48.174.570,26	-0,11%	
	TOTAL LÍQUIDO	448.350.016,75	431.258.913,37	3,96%	

Como se observa, as principais influências, nesse grupo, são de bens classificados como Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, que representa 20,46% do total e teve uma variação positiva de 1,96%, em 2024, em comparação com o saldo final de 2023; Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares, com 19,01% do total e uma variação positiva de 1,03%; Adiantamentos para inversões em bens móveis, com 12,16% de participação no grupo e variação positiva de 16,5%; e Mobiliário em geral, representando 9,16% do grupo e variação positiva de 4,64%, em relação ao saldo final de 2023. No entanto, há também uma conta que tem participação relevante, nesse grupo, mas que representa controvérsia, no que diz respeito ao seu saldo.

Parte expressiva do grupo, 13,51%, é atribuída à conta 123119908 Bens móveis a classificar. Essa conta não teve variação no período e se refere, quase exclusivamente, a valores lançados de forma automática, em janeiro de 2020, nos montantes de R\$ 65.650.941,81, na UG 153163, além de um valor de R\$ 973.637,46, na UG 150232, em virtude de saldos existentes nas contas de controle, relativas a bens de terceiros, no encerramento do exercício de 2019. No entendimento da STN (novo procedimento estabelecido em manual, macrofunção SIAFI 021134, a partir de 2020), bens de terceiros devem ser registrados como bens próprios, no ativo de quem os tem depositados. Essa interpretação não está em linha, no entender desta contabilidade, com os princípios e normas de contabilidade vigentes, para o setor público. Bens de terceiros são, em geral, bens disponibilizados a outrem para uso, sem que sejam transferidos propriedade nem controle.

Assim, somente nos casos em que, na prática, esses bens de terceiros, e a despeito do que diz o contrato respectivo, se tornam controlados, de forma relevante, por quem detém a posse é que esses bens deveriam ser tratados como ativo, prevalecendo a essência sobre a forma. Exigiria analisar cada caso, não sendo possível alocar todo o valor registrado em contas de controle como bens pertencentes ao ativo da UFSC. Além disso, o registro desses bens no ativo deveria ser feito (se aplicável) em conjunto com a correspondente baixa no ativo da instituição que detém a propriedade dos bens, para respeitar as regras de consolidação de balanços públicos e para evitar duplicidades, mas esse procedimento complementar não foi realizado ou, ao menos, não foi evidenciado pela STN. Existe ainda outro impeditivo, para esse lançamento automatizado, que diz respeito à falta de conciliação dos saldos de bens móveis na UFSC, sejam eles próprios ou de terceiros, devido à falta de envio do RMB pelo setor de patrimônio, no final de cada mês, o que implica dizer que não há garantia de que os saldos existentes no SIAFI sejam realistas. Essas inconsistências indicam que não existe base razoável ou confiável para o procedimento contábil que realizou o registro do saldo a classificar.

No que se refere à depreciação de bens móveis, essa rotina não está sendo executada, atualmente, e as razões para isso podem ser melhor compreendidas consultando o item 3, g), da parte I, desse documento. Com isso, eventuais variações nessa conta dizem respeito à baixa de bens, por leilão, descarte ou outros motivos, quando esses bens possuíam saldo de depreciação registrado no sistema de patrimônio, como resquícios dos lançamentos feitos no início de 2015, antes da descontinuidade dessa rotina, como anteriormente relatado.

1.2.1.2. Bens imóveis

	31/dez/24	31/dez/23	AH	AV
123210102 EDIFÍCIOS	44.394.232,54	33.000.000,00	34,53%	3,77%
123210103 TERRENOS/GLEBAS	2.644.785,12	1.324.361,51	99,70%	0,22%
123210107 IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	735.079.387,35	317.054.161,00	131,85%	62,50%
123210109 FAZENDAS, PARQUES E RESERV	14.790.514,63	14.790.514,63	0,00%	1,26%
123210601 OBRAS EM ANDAMENTO	328.936.249,14	321.041.754,69	2,46%	27,97%
123210605 ESTUDOS E PROJETOS	42.696.535,33	42.660.755,33	0,08%	3,63%
123210700 INSTALAÇÕES	7.538.257,77	7.538.257,77	0,00%	0,64%
TOTAL BRUTO	1.176.079.961,88	737.409.804,93	59,49%	100,00%
123810200 DEPREC ACUM - BENS IMOVEIS	-118,50	-13.687.390,26	100,00%	-
TOTAL LÍQUIDO	1.176.079.843,38	723.722.414,67	62,50%	

Fonte: Siafi2024 e 2023

A conta mais expressiva do grupo, até o encerramento do terceiro trimestre de 2024, era a 123210601 Obras em andamento, representando 43,97%, até aquele momento. Nesse saldo, que teve um incremento de 2,46%, em comparação com 2023, devem ser evidenciados os gastos acumulados de obras que estão em curso, mas existe parcela significativa do saldo que se refere a obras já concluídas que estão pendentes de registro no SPIUNet. O departamento responsável pelo registro e atualização dos bens não está enviando, atualmente, relatórios mensais para conciliação. Além da falta do envio desse relatório, também está pendente o registro de obras já encerradas (com saldo superavaliado em Obras em Andamento) e as atualizações dos imóveis já registrados.

No entanto, houve um ajuste nos valores de alguns bens imóveis registrados no SPIUNet, no quarto trimestre, que alteraram a relação de importância das contas, dentro do grupo, reduzindo a participação da conta Obras em andamento, no final de 2024, para 27,97%. Nos três primeiros trimestres do ano, havia apenas pequenas alterações de valores por correção de inconsistências cadastrais, mas em dezembro de 2024, o setor responsável pela gestão de bens imóveis realizou atualizações de valores de alguns imóveis, em valores expressivos.

Vale destacar que estava pendente solicitação de informações sobre procedimento de reavaliação, realizado em 2023, em diversos imóveis registrados no SPIUNet. A variação percentual foi de 57,5%, em cada imóvel reavaliado, considerando a variação do IPCA-E, de junho de 2015 a setembro de 2023. Porém, os critérios para a utilização desse indicador, a motivação da reavaliação (por defasagem de valor contábil em relação ao valor justo, por valorização do imóvel por melhorias ou outros), bem como a documentação que tenha dado suporte ao procedimento de reavaliação não foram fornecidos pelo setor responsável pelos controles dos bens imóveis e pela gestão das informações do SPIUNet, na UFSC.

Foram solicitadas informações sobre esses critérios utilizados, inclusive metodologia, as justificativas, o embasamento legal, a razão de a substituição de valores se dar por reavaliação, ao invés de atualização (que são as duas modalidades previstas na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, com diferentes implicações patrimoniais e contábeis), a documentação suporte (laudos, relatórios de valor de referência – RVR, exigidos na instrução Normativa da SPU/ME nº 67, de 2022, art. 13, etc.), mas o setor responsável

pelo SPIUNet não respondeu os questionamentos até o encerramento dessas notas explicativas.

Entre os questionamentos feitos, a razão de parte dos imóveis terem sido reavaliados parcialmente, tais como:

Imóveis Reavaliados Parcialmente

RIP utilização	Valor no SIAFI	Valor considerado para reavaliação
8105000055000	268.428.250,64	32.203.364,00
8105000695000	1.295.037,75	50.998,56
8105001615000	4.022.691,19	990.919,93

Fonte: SIAFI2024 e 2023

Questionou-se, também, a razão de a reavaliação não se dar em todos os RIPs utilização, uma vez que, segundo a NBC TSP 07, item 51, “**se o item do ativo imobilizado for reavaliado, toda a classe do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo deve ser reavaliada**”. Os itens a seguir não foram objeto de reavaliação:

Imóveis Não Reavaliados

RIP utilização	Valor no SIAFI
8105006015000	33.000.000,00
8027000845006	3.881.030,42
8105004985002	343.968,80
8105000615006	2.779.289,79
8105004435002	1.596.050,51

Fonte: SIAFI2024 e 2023

No terceiro trimestre de 2024, mais precisamente em dezembro, o setor responsável pela gestão de bens imóveis realizou atualização de valor em cinco imóveis, como evidenciado a seguir.

Ajuste no SPIUNet

RIP utilização	Valor do ajuste	% de atualização
8105000055000	413.047.193,97	143,95%
8105000695000	1.320.423,61	99,70%
8105001615000	4.780.346,60	104,09%
8105004985002	481,50	0,09%
8105006015000	10.455.827,32	30,81%
TOTAL	429.604.273,00	

Esse ajuste não foi justificado, pelo setor responsável, até o momento do fechamento destas notas explicativas, portanto não é possível confirmar se a metodologia utilizada é adequada, se as alterações de valores representam atualização ou reavaliação, bem como

se foram respeitadas as normas vigentes, ou seja, permanecem as mesmas pendências relativas aos ajustes de 2023.

Com o ajuste de dezembro, houve um crescimento de 117,6% no valor total dos bens imóveis, considerando apenas aqueles registrados no SPIUNet, embora não tenha havido nenhum incremento nas edificações, por exemplo, por ampliação, reforma ou outra melhoria significativa o suficiente para dar ensejo a correções nos valores contábeis, conforme normas contábeis vigentes. Essa variação expressiva alterou a relação de importância de cada conta, dentro do grupo, em relação ao que se observava até o terceiro trimestre de 2024, que era consistente com o que ocorria em exercícios anteriores.

A partir desses ajustes, portanto, a conta mais relevante do grupo é Imóveis de uso educacional, com 62,5% de participação no grupo e variação positiva de 131,85%, em relação ao ano de 2023, seguida da conta Obras em andamento, com 27,97%, como já informado.

No que diz respeito à depreciação dos bens imóveis, houve uma variação negativa de quase 100%. Isso ocorreu, provavelmente, em decorrência dos ajustes mencionados, mas nem o setor responsável pelos bens imóveis, na UFSC, nem a Setorial Contábil no MEC, explicou a razão da baixa de diversos saldos de depreciação acumulada, no montante de R\$ 15.273.878,15.

Vale destacar que apenas os bens registrados no SPIUNet estão sendo depreciados, de forma mensal e centralizada, como já informado no item 3, g), desse documento.

1.2.2. Intangível

	31/dez/24	31/dez/23	AH	AV
124110101 SOFTWARES (vida útil definida)	4.133.853,66	3.918.009,80	5,51%	76,52%
124110201 SOFTWARES (vida útil indef)	1.268.752,26	1.235.020,85	2,73%	23,48%
TOTAL	5.402.605,92	5.153.030,65	4,84%	100,00%

Fonte: Siafi2024 e 2023

Esse grupo possui saldo em apenas duas contas, softwares com vida útil definida, com 76,52% do total, e softwares com vida útil indefinida, com 23,48%. A variação do grupo foi positiva, 4,84%, mas a representatividade, no total do Ativo, é de apenas 0,28%.

No que se refere à amortização, essa rotina não está sendo realizada, atualmente, e as razões para isso podem ser melhor compreendidas no item 3, g), da parte I, desse documento.

2. Passivo

	31/dez/24	31/dez/23	AH	AV
211000000 OBRIG TRAB PREV ASS CP	118.149.185,97	221.366.922,56	-46,63%	6,14%
213000000 FORNECEDORES A PAGAR CP	32.933.839,24	36.763.745,64	-10,42%	1,71%
214000000 OBRIG FISCAIS A CP	587.244.496,58	564.287.932,99	4,07%	30,53%
220000000 OBRIGAÇÕES A LP	-	-	-	-
237000000 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.184.862.578,68	504.160.835,60	135,02%	61,61%
TOTAL	1.923.190.100,47	1.326.579.436,79	44,97%	100,00%

Fonte: Siafi2024 e 2023

Analisando-se as contas, de forma mais pormenorizada, temos, a seguir.

2.1. Passivo circulante

Nesse grupo, são evidenciados compromissos com prazo de exigibilidade até o final do exercício subsequente. As principais variações são apresentadas na sequência.

2.1.1. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar a curto prazo

Houve uma redução de 46,63%, nesse grupo, em relação ao final do ano anterior, variação que parece não acompanhar a evolução do gasto com pessoal.

Embora a comparação entre a variação do saldo final de 2024 (em relação ao final de dezembro de 2023) e os gastos com folha de pagamento, em 2024, em relação a 2023, não seja a mais adequada, houve um crescimento de 1,25% nas despesas com Pessoal e Encargos e um crescimento de 5,27% nos gastos com Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Portanto, a redução do passivo, para obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, resulta do momento em que os picos de gastos dessa natureza ocorrem, nos dois anos comparados, como por exemplo, o momento em que há maior número de servidores em gozo de férias, com a o pagamento das respectivas parcelas relativas a adiantamentos.

2.1.2. Fornecedores

Houve uma redução de 10,42%, no que se refere ao saldo pendente de pagamento, no final do quarto trimestre de 2024, em relação ao saldo final de 2023, sendo que esse grupo representa 1,71% do total do Passivo + Patrimônio Líquido e 4,46%, se considerado somente o passivo exigível.

Dentro desse grupo, quatro fornecedores se destacam: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, com 39% de participação no saldo; Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina, com 25,7%, Celesc Distribuição S.A., com 16,7; e Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio Econômicas, com 14,7%. São valores aguardando pagamento, ou seja, já superada a etapa da liquidação do empenho, mas que estão dentro do prazo normal e para os quais existem recursos financeiros disponíveis. Mas, não são apenas valores a pagar decorrentes da execução orçamentária que estão evidenciados nesse grupo.

Em decorrência do reconhecimento por competência de obrigações, foi registrado, no final de 2023, um passivo sem cobertura orçamentária, no montante de R\$ 6.140.404,43, em favor de Celesc Distribuição S.A., uma vez que não havia saldo orçamentário suficiente para quitar as faturas de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Algumas das faturas mencionadas continham saldo remanescente de parcelamento de dívida relativa a 2022, portanto representou a dívida atualizada, mas que passariam ainda por renegociação de valores, antes do efetivo pagamento. Além disso, houve a necessidade de complementar esse saldo de passivo sem cobertura orçamentária em R\$ 975.276,26, em abril de 2024, por ocasião do reconhecimento de dívida de exercícios anteriores.

Em 2024, houve baixa de R\$ 422.206,60, no mês de março, em razão do empenho para pagamento de parte da dívida, e de R\$ 6.693.474,09, em abril, liquidando o total remanescente do passivo sem suporte orçamentário.

No entanto, o terceiro trimestre fechou apresentando um saldo de R\$ 520.000,00 de passivo sem suporte orçamentário, mas esse saldo foi baixado no quarto trimestre. Tratava-se de um cancelamento de restos a pagar processados (2023NP004450), para o qual se confirmou, conforme processo 23080.034457/2024-56, que o pagamento não vai mais ocorrer.

2.1.3. Demais obrigações a curto prazo

As maiores variações nesse grupo são nas contas relativas a retenções em folha de pagamento, porém essas contas são pouco representativas, mesmo dentro do grupo a que pertencem.

A principal influência ocorreu na conta 218920600 Transferências financeiras a comprovar – TED. Essa conta representa mais de 88% do total do grupo e aumentou 4,09%, do final de 2023 para o encerramento de 2024. São valores transferidos de convênios, que estão pendentes, mas no prazo para execução ou para prestação de contas.

Ainda dentro desse grupo, vale destacar que a conta 218810402 Depósitos e cauções recebidos não está conciliada. Existem valores ali registrados que já foram sacados e cauções não registradas. Essa inconsistência foi ocasionada pela falta de envio de relatórios mensais acerca das cauções vigentes, uma vez que essa rotina não existe, atualmente. O saldo existente provavelmente não condiz com a realidade, porém o valor que consta no balanço pode ser considerado irrisório. Nada obstante, tal fato não justifica a falta de conciliação.

2.2. Passivo não circulante

Esse grupo não apresentou nenhum saldo, no período analisado, mas não se pode afirmar que essa informação esteja correta, porque as contas do grupo (como em outros casos) não estão conciliadas. Não há, atualmente, rotina de envio de informações sobre dívida ativa, sobre passivos contingentes e sobre precatórios, por parte da Procuradoria Federal da UFSC, o que está em desacordo com as exigências estabelecidas na Portaria nº 40/2015, da Advocacia-Geral da União, e na Portaria Conjunta STN/PGR nº 8/2015, que regulamentam o envio de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.

Isso tem impacto, inclusive, sobre o registro de precatórios. Conforme a nota explicativa 65, a. 5, do Balanço Geral da União de 2022, “na data de 30 de junho de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) conheceu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5755, declarando a inconstitucionalidade material do art. 2º, caput e § 1º, da Lei nº 13.463/2017. Portanto, esse tema deixou de ser classificado como passivo contingente, a partir do segundo trimestre de 2022, para ser reconhecido como provisão”. Essa mudança no entendimento sobre como devem ser registrados os precatórios na contabilidade da União pode ter sido o motivo de, em 2022, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região ter realizado a baixa dos valores relativos a precatórios, tanto de terceiros quanto trabalhistas, do passivo da UFSC, transferindo-os para o passivo do TRF-4. Na ocasião, o Tribunal não deu maiores informações a respeito da razão dessa baixa e a Procuradoria Federal junto à UFSC não respondeu sobre o tema, quando acionada.

2.3. Reavaliação de Bens Imóveis

Em decorrência dos ajustes realizados nos valores de alguns bens imóveis, como relatado nas notas explicativas 1.2.1.2, houve um lançamento feito pela Coordenação Geral de Contabilidade de reserva de reavaliação, que provocou uma variação positiva de mais de 1400% na conta respectiva do Patrimônio Líquido, passando de um saldo de R\$ 30.691.217,74, em 2023, para R\$ 476.704.978,39, no final de 2024.

Como já dito, não foi possível comprovar que os ajustes feitos pelo setor responsável pelos bens imóveis, na UFSC, são ou não reavaliação, mas a Coordenação Geral de Contabilidade registrou os efeitos na conta Reavaliação de Bens Imóveis, porém sem dar maiores informações para a UFSC dos fundamentos que suportaram esse lançamento.

2.4. Ajuste de Exercícios Anteriores

Em função, principalmente, dos procedimentos de ajuste contábil citados nas notas explicativas 3.3.1, houve um incremento de R\$ 249.577.438,13 no Patrimônio Líquido da UFSC, em 2024, mas que se referem a exercícios anteriores desde 2019. Essa conta apresentou saldo um pouco menor, no final de 2024, de R\$ 241.822.357,16, ou 20% do total do Patrimônio Líquido. Para fins de comparação, no exercício de 2023, o saldo dessa conta era negativa, R\$ 5.919.539,99.

Vale destacar que o saldo de 2023 não era realista, pois faltava acrescentar a esse saldo os valores não reconhecidos de 2019 a 2022. O saldo correto seria, se esses ajustes tivessem sido realizados naquele ano, R\$ 180.828.919,11.

Outros valores menos significativos também contribuíram para os saldos dessa conta, ao longo dos anos, em função de receitas ou de despesas patrimoniais não reconhecidas no exercício a que pertencia, estivessem eles associados ou não à execução orçamentária. São valores que, por mais que não sejam tão expressivos, dada a escala do patrimônio da UFSC, refletem falhas nos fluxos e controles internos, que ou não permitem o conhecimento de eventos ou impedem o devido reconhecimento e registro no momento em que ocorrem, de forma tempestiva, como citado na nota explicativa 3.

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais aumentativas apresentaram incremento de 10,11%, em 2024, quando comparado com o ano anterior. Já as variações patrimoniais diminutivas tiveram um aumento de 0,26%. Com isso, houve um aumento de R\$ 248.289.907,46, no total das receitas, e um aumento no total de despesas de R\$ 167.619.435,31. Desta forma, considerando apenas as variações nas receitas e nas despesas, ocorreu uma melhora na situação do resultado, quando comparado a 2023.

Naquele ano, havia uma situação em que as despesas superavam as receitas em 3,57%, resultando num prejuízo de R\$ 87.804.846,88. Houve expressiva redução na desigualdade entre variações patrimoniais diminutivas e aumentativas (de 3,57% para 0,26%), em 2024, então a situação do patrimônio líquido se amenizou na ordem de R\$ 80.670.472,15, ou seja, reduziu o prejuízo nesse montante, quando comparado com o exercício anterior, resultando num prejuízo muito menor, de R\$ 7.134.374,73.

Esse prejuízo está, no entanto, subavaliado, muito provavelmente. Se, por um lado, existem indícios de que receitas não estejam sendo reconhecidas, por ausência do envio de informações sobre dívida ativa por parte da Procuradoria Federal da UFSC (vide nota explicativa 2.2.1), existem rotinas que não estão sendo executadas, tais como depreciação e amortização, e as despesas decorrentes não estão sendo contabilizadas. Por mais que não se possa afirmar que as despesas atualmente não reconhecidas superem as receitas também não registradas, essa é a hipótese mais provável, como se verá nas próximas notas explicativas.

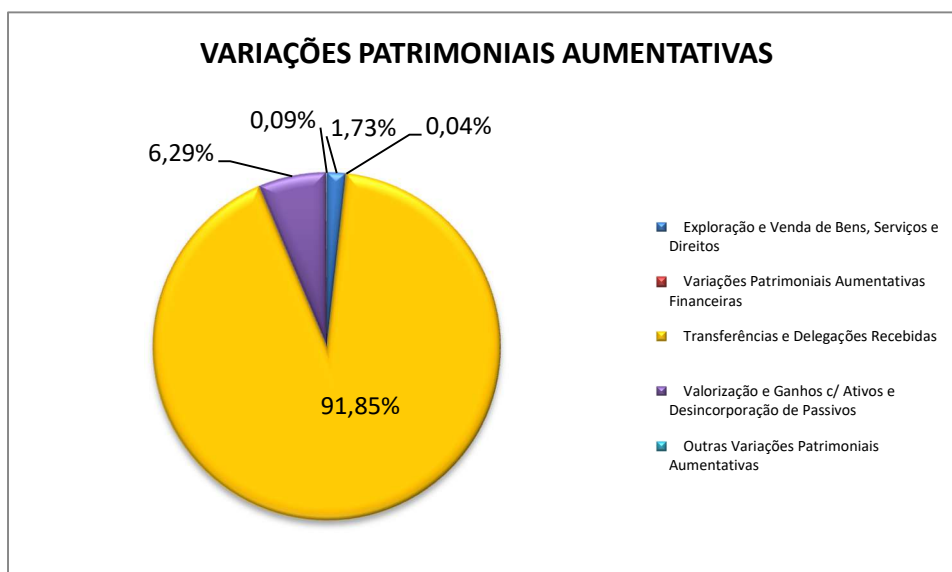
Por outro lado, foram realizados ajustes de provisão de férias, em 2024, em função de valores não reconhecidos desde 2019. São valores expressivos e que, por isso, serão objeto de notas específicas, bem como de uma reconstituição do resultado do exercício retrospectivo, nas notas explicativas 3.1

Voltando à análise da DVP, as principais receitas são aquelas decorrentes de Transferências Intragovernamentais, que representam 91,83% do total das variações patrimoniais aumentativas, e tiveram um incremento de 8,58%, no ano de 2024, quando se compara com 2023.

No que se refere à receita própria, a principal influência se deu pela Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, que representou 1,63% do total das variações patrimoniais aumentativas e teve um aumento de 29,82%, em relação a 2023. Essas receitas, quando analisado o Balanço Orçamentário, foram influenciadas, principalmente, pelo comportamento das Receitas Correntes, mais precisamente, das Receitas de Serviços: Serviços Administrativos e Comerciais Gerais, que representaram 79,03% das receitas orçamentárias realizadas, em 2024, ou R\$ 39.266.509,12, o que representa 109,46%% do que estava previsto na Lei Orçamentária Anual, para esse grupo.

As variações patrimoniais aumentativas ficaram assim distribuídas:

Gráfico 1 – Variações Patrimoniais Aumentativas – 4º TRIM 2024



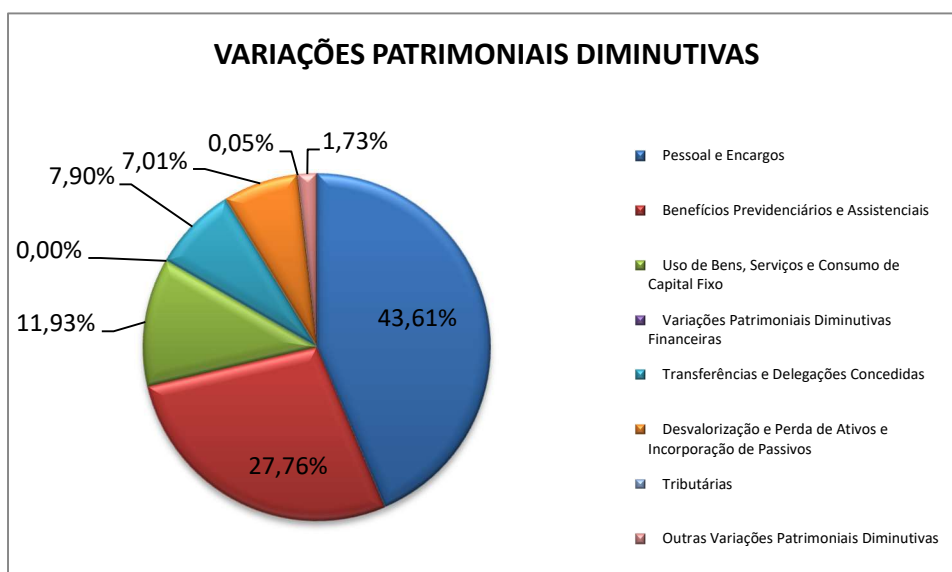
Fonte: Siafi2024

Dentre as variações patrimoniais diminutivas, a principal influência se deu nos grupos Pessoal e Encargos, com 43,61% do total das despesas, e Benefícios Previdenciários e Assistenciais, com 27,76%. Esses dois grupos foram responsáveis por 71,4% do total das VPDs. Representam despesas obrigatórias e foram custeadas quase que exclusivamente por recursos recebidos por transferência. Fazendo um paralelo com as despesas evidenciadas no Balanço Orçamentário, para esse grupo de gastos, temos que a Despesa Corrente: Pessoal e Encargos Sociais representou 79,88% do total de despesas empenhadas, em 2024.

Outro grupo que se destacou, dentre as variações patrimoniais diminutivas, foi Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, com 11,93%, principalmente por influência do gasto com Serviços, gasto que representou 95,25% do total desse grupo. A variação do grupo, vale informar, foi um aumento dos gastos do grupo na ordem de 27,51%, quando comparado o ano de 2024 com 2023.

As variações patrimoniais diminutivas ficaram assim distribuídas:

Gráfico 2 – Variações Patrimoniais Diminutivas – 4º TRIM 2024



Fonte: Siafi2024

A seguir, são apresentadas algumas situações que afetam parte do resultado do exercício, bem como estão em descompasso com as exigências normativas atuais.

3.1. Depreciação, amortização e exaustão

As rotinas de depreciação, amortização e exaustão não estão, como já informado, sendo realizadas, atualmente, exceto no caso dos bens imóveis e somente para aqueles já registrados no SPIUNet. Maiores informações sobre as razões podem ser obtidas no item 3, g), da parte I, desse documento, e nas notas explicativas 1.2.2.1, 1.2.2.2 e 1.2.3.

Portanto, as variações da conta de depreciação não refletem a real situação dos bens do ativo permanente. Apesar da correção na rotina de depreciação dos bens imóveis (como explicado no segundo parágrafo da nota explicativa 1.2.2.2), a depreciação que está sendo reconhecida diz respeito apenas aos bens imóveis registrados no SPIUNet. Contudo, existem várias obras já concluídas, mas que não foram incorporadas, ou seja, não estão registradas como bens de uso especial, no ativo da instituição. Isso ocorre porque não foram baixados os saldos de obras em andamento, com o consequente registro dos bens no SPIUNet, conforme relatado na nota explicativa 1.2.2.2. Essa inconsistência provoca a subavaliação da conta de depreciação acumulada e também da respectiva despesa de depreciação, em montante não conhecido.

Importante observar que houve alteração no saldo da depreciação acumulada de bens imóveis, ocasionada pelo procedimento de reavaliação descrito em 3.2, e a Setorial Contábil do MEC realizou ajustes na depreciação acumulada, mas os efeitos ocorreram diretamente no Patrimônio Líquido, não afetando o resultado do exercício.

3.2. Reavaliação e redução a valor recuperável

Pelas mesmas razões apontadas em outras notas explicativas, as rotinas de reavaliação e redução a valor recuperável não estão implementadas, no que se refere aos bens móveis. A falta de emissão de RMB é apenas uma das manifestações de outras falhas no controle interno. O setor de patrimônio não dispõe de equipe ou de arcabouço para viabilizar a reavaliação dos bens móveis, sendo essa a razão, inclusive, de os bens anteriores a 2010 não terem sido incluídos na rotina de depreciação, em 2015. Com isso, os valores evidenciados nas contas de bens móveis, bens imóveis e intangível estão subavaliados ou superavaliados, em montante não conhecido.

No que se refere aos bens imóveis, houve a reavaliação de alguns dos ativos, mas o setor responsável pelo controle patrimonial e registro no SPIUNet não respondeu, até a conclusão dessas notas explicativas, aos questionamentos e solicitações de documentação suporte para o procedimento realizado, como explicado em 1.2.2.2.

Por essa razão, não é possível afirmar que se tratam, de fato, de reavaliações, já que não as alterações de valores não ocorreram em todos os bens da mesma classe, nem tampouco foi utilizado o valor justo, mas somente a atualização de um indicador, o IPCA-E. Assim, pode ter ocorrido um equívoco no registro do procedimento no SPIUNet, ou seja, que se tenha registrado as mudanças de valor como reavaliação, quando o pretendido seria outro, como uma atualização, por exemplo, com base:

I - indicadores monetários definidos pela Secretaria de Patrimônio da União; II - variação do CUB, ao valor cadastrado referente as benfeitorias; III - variação do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU - fornecidos pelos municípios; ou IV - variação do valor da terra nua fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pelas Entidades Executoras do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, ou outro órgão que disponibilize tais informações (Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, art. 4º, §2º).

A documentação que embasou o procedimento deverá, quando recebida, ser analisada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças, podendo ratificar ou contestar o registro feito no SPIUNet. Nessa segunda hipótese, as correções no SPIUNet serão acompanhadas de correções também na contabilidade.

3.3. Provisões

As provisões que estão sendo realizadas são aquelas decorrentes da folha de pagamento, como provisão para férias e para 13º salário. Outras provisões não estão sendo reconhecidas, como consequência de falhas nos controles internos. Como exemplo, provisões para perdas no recebimento de receitas não estão sendo calculadas e contabilizadas porque as receitas próprias (principalmente aluguéis) não estão sendo reconhecidas por competência, como explicado no item 3, m), da parte I, desse documento. Também não estão sendo calculadas provisões para riscos judiciais (ver notas explicativas 2.1.3 e 2.2.1), o que significa que algumas contas do ativo estão superavaliadas e algumas contas do passivo estão subavaliadas, em montante não conhecido.

Mas, mesmo dentre as provisões que estão sendo registradas, houve necessidade de reconhecimento de valores não registrados anteriormente, relativos à baixa de provisão de férias.

3.3.1. Ajuste de Provisão de Férias

Devido a erro de interpretação sobre a sistemática adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para procedimentos de folha de pagamento, os valores relativos a férias gozadas pelos servidores da UFSC estavam sendo contabilizados, mas sua contrapartida sob o enfoque patrimonial não estava sendo reconhecida.

Em função da necessidade de segregar os aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais da Contabilidade Pública, além das contas de controle, alguns procedimentos distintos daqueles praticados na contabilidade para entidades não governamentais foram sistematizados, no SIAFI, a partir de 2019. Isso exigiu que os procedimentos de lançamento da folha de pagamento, no que se refere às parcelas relativas a férias, fossem registradas como Adiantamento de Férias, uma conta do Ativo, em vez de serem reconhecidas como Despesas, ou Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD. Tal procedimento foi necessário para evitar dupla contagem dessas despesas, já que as VPDs relativas a férias deveriam ser lançadas por ocasião do reconhecimento das provisões de férias, de forma análoga às provisões de 13º salário.

Desta forma, o reconhecimento das despesas de férias tem sido contabilizado mês a mês, conforme o princípio da competência, com base nos valores calculados pelo SIAPE para provisões de férias. Por outro lado, a contrapartida dessa provisão é uma conta de Passivo, denominada Férias a Pagar, mas que não é baixada em razão do pagamento efetivo de férias, pois é uma conta de natureza patrimonial e o pagamento se dá somente quando ocorre o efetivo reconhecimento, em folha de pagamento, do gozo de férias, com baixa em contas de passivo de natureza financeira.

Portanto, havia um saldo acumulado de R\$ 105.844.674,47, relativo a Férias a Pagar, no final de 2023, que passaria de R\$ 196 mil, no final de 2024. A baixa desse saldo deveria ocorrer com base no confronto entre a conta de Férias a Pagar e uma conta de Ativo, Adiantamento de Férias, mas somente valores menores estavam sendo confrontados, apenas aqueles valores eventualmente pagos a título de adiantamento de fato.

Ocorre que, pela sistemática adotada pela STN, para evitar a dupla contagem de despesa e para viabilizar a segregação das informações sob enfoque orçamentário, financeiro, patrimonial e de controle, os valores efetivamente gozados de férias deveriam ser estornados da provisão reconhecida. Ou seja, as contas movimentadas pela ocasião do reconhecimento de provisão de férias deveriam ser revertidas, nos montantes relativos aos proventos de férias, reconhecidos no mês em que ocorre. Essa reversão não estava sendo reconhecida, por erro de interpretação, mas isso foi corrigido, a partir de levantamento feito pela contabilidade, como se vê a seguir.

AJUSTE DE PROVISÃO DE FÉRIAS						
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
UFSC						
Provisão	36.611.583,14	68.308.009,20	61.912.038,80	70.140.648,23	75.787.579,74	79.414.849,73
Baixa	17.744.070,58	45.604.212,44	47.104.484,31	50.014.052,50	54.494.008,31	55.828.979,23
Acumulado	18.867.512,56	41.571.309,32	56.378.863,81	76.505.459,54	97.799.030,97	121.384.901,47
HU						
Provisão	10.870.118,94	11.205.980,08	9.829.937,41	9.904.082,69	10.882.503,30	10.746.771,91
Baixa	2.328.780,84	8.914.617,91	7.783.139,09	7.255.101,43	8.334.970,72	8.281.142,03
Acumulado	8.541.338,10	10.832.700,27	12.879.498,59	15.528.479,85	18.076.012,43	20.541.642,31

A partir do levantamento dos valores calculados para reconhecimento da provisão mensal de férias e dos valores que deveriam ter sido baixados, ou revertidos, foram realizados ajustes contábeis, que culminou na baixa do total da conta de Passivo, Férias a Pagar, sob o enfoque patrimonial, mas também do reconhecimento de valores que acresceram a conta de Ativo, também sob o enfoque patrimonial, de Adiantamento de Férias, conforme sistemática adotada pela STN, resultando na variação positiva de mais de 1.200% no grupo do Ativo ao qual a conta pertence.

Com isso, foram reconhecidos, a título de reversão de VPD, ou estorno de despesa, R\$ 55.828.979,23, para a UFSC, e R\$ 8.281.142,03, para o HU, relativo ao exercício de 2024. Os valores relativos aos exercícios anteriores, no entanto, tiveram tratamento diferente, pois os ajustes não podem, em razão do princípio da competência, afetarem a apuração do resultado do ano corrente. Portanto, foram reconhecidos R\$ 214.960.828,14, para a UFSC, e R\$ 34.616.609,99, para o HU, relativos aos exercícios de 2019 (primeiro ano a ter o reconhecimento de provisão de férias por competência) a 2023. A contrapartida desses ajustes pretéritos se deu numa conta do Patrimônio Líquido, não em contas de resultado, denominada Ajustes de Exercícios Anteriores.

3.4. Reconstituição do Resultado do Exercício

Em função dos ajustes citados na nota explicativa 3.3.1, apresenta-se, a seguir, a reconstituição do resultado do exercício, de 2019 a 2023, bem como a evolução até 2024, com base nessa correção.

	Reconstrução do Resultado do Exercício					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resultado publicado	- 510.014.250,19	- 35.152.938,68	- 30.953.098,35	- 91.861.299,58	- 87.804.846,88	- 7.134.374,73
Ajuste/ baixa de prov. férias	20.072.851,42	54.518.830,35	54.887.623,40	57.269.153,93	62.828.979,03	-
Resultado ajustado	- 489.941.398,77	19.365.891,67	23.934.525,05	- 34.592.145,65	- 24.975.867,85	- 7.134.374,73

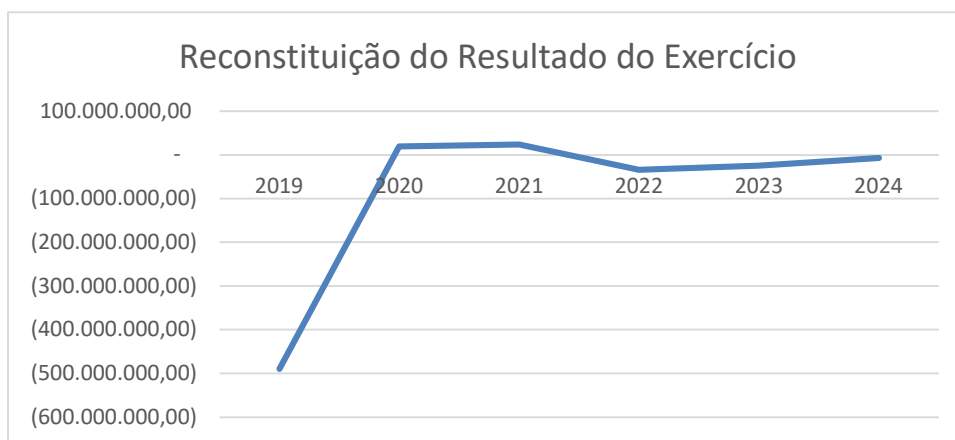
O ajuste afetou, nessa reconstituição, todos os exercícios, desde 2019, exceto o exercício corrente, pois a Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP de 2024 já inclui os efeitos desse ajuste. Ou seja, a reconstituição se deu nos exercícios afetados pela contrapartida dos ajustes, quando isso não afetou o resultado do exercício, em respeito ao

princípio da competência. Portanto, a contrapartida se deu na conta Ajuste de Exercícios Anteriores, que é publicado no Balanço Patrimonial de 2024, mas que exige a reconstituição das DVPs de 2019 a 2023, para uma análise mais acertada.

Em relação ao resultado de 2019, vale destacar que, segundo as notas explicativas publicadas à época, houve o lançamento de valores relativos a transferências financeiras a comprovar decorrentes de diversos Termos de Execução Descentralizada – TED, não reconhecidos anteriormente. Esse ajuste foi realizado de forma centralizada, pela Coordenação Geral de Contabilidade e, segundo interpretação do contador titular da UFSC da época, o registro contábil não respeitou o princípio da competência, já que o lançamento realizado impactou integralmente o resultado do exercício de 2019, no montante de R\$ 410.073.918,75, mas somente R\$ 67.342.382,93, se referia àquele exercício. O restante, R\$ 342.731.535,82, referia-se a exercícios anteriores. Portanto, considerando essa ressalva, o resultado ajustado de 2019 deveria ser um prejuízo de R\$ 147.209.862,95.

Apesar disso, o resultado do exercício de 2019 não foi reconstituído, nas notas explicativas daquele ano, então a análise da presente nota explicativa considera o resultado publicado, que teve a seguinte evolução gráfica.

Gráfico 3 – Evolução do Resultado do Exercício (reconstituído)



Importante observar que os valores de resultado do exercício reconstituídos consideram apenas o ajuste de valores relativos a reversão de provisão de férias, em função do efetivo pagamento de férias em cada mês, não considerando outros ajustes que provavelmente seriam necessários, mas cujo montante é desconhecido, como apontado em outras notas explicativas, tais como a não evidenciação dos efeitos da depreciação de bens imóveis não registrados no SPIUNet (obras concluídas e não tombadas), provisões para valores incobráveis de Dívida Ativa etc.

Por fim, ressalta-se que os ajustes realizados são de natureza patrimonial, não afetando a execução do orçamento nem tampouco houve efeitos financeiros.

4. Restos a Pagar

A UFSC destaca a importância da execução de “Restos a Pagar”, buscando dar qualidade a esse processo por meio da oferta de treinamentos anuais aos servidores responsáveis pela execução financeira e orçamentária de cada setor da Universidade, além de manter acompanhamento contínuo do que é executado durante cada exercício financeiro. A orientação dada busca a adequação dos procedimentos internos da UFSC ao disposto, especialmente, no art. 67 do Decreto nº 93.872/86 e reforça a necessidade do acompanhamento adequado dos restos a pagar, para que a Instituição obtenha uma execução mais eficiente. A seguir, é apresentado quadro que evidencia a execução de restos a pagar, no decorrer do exercício de 2024.

1.1. Execução dos restos a pagar por ano de inscrição (valores em R\$)

Restos a pagar processados e restos a pagar não processados liquidados						
UG Executora	Ano de inscrição	(a) Restos a Pagar Processados - Montante em 1º de janeiro	(b) Restos a Pagar Processados - Pagos	(c) Restos a pagar processados - Cancelados	(d) Restos a Pagar Processados - Saldo a pagar 31/12	
153163	UFSC	2023	204.960.963,77	204.960.963,77	0,00	
		2022	4.989.675,73	4.267.181,25	520.000,00	202.494,48
		2021	753.065,40	749.989,20	2.712,20	364,00
		2019	191,62			191,62
		2018	500.281,58			500.281,58
		2017	500,00			500,00
		2016	317.809,60			317.809,60
		2015	160,65			160,65
		2014	2.614,20			2.614,20
			Total	211.525.262,55	209.978.134,22	522.712,20
Restos a pagar não processados						
UG Executora	Ano de inscrição	(e) Restos a Pagar Não Processados - Montante em 1º de janeiro	(f) Restos a Pagar Não Processados - Pagos	(g) Restos a Pagar Não Processados - Cancelados	(h) Restos a Pagar Não Processados - Saldo a pagar 31/12	
153163	UFSC	2023	94.491.237,88	81.497.270,12	294.233,45	12.699.734,31
		2022	7.663.429,69	2.242.006,98	986.095,75	4.435.326,96
		2021	1.437.137,91	190.850,19	74.873,14	1.171.414,58
		2020	5.074.406,31	18.226,13	4.919.156,30	137.023,88
		2019	1.789.373,23			1.789.373,23
		2017	1.979,73			1.979,73
			Total	110.457.564,75	83.948.353,42	6.274.358,64

Fonte: Tesouro Gerencial

* Existe um erro na extração dos dados sobre restos a pagar no relatório, devido à não evidenciação de valores inscritos como restos a pagar não processados suspensos.

Dos valores pendentes a título de Restos a Pagar Processados, os valores antigos estão sendo monitorados e existe o esforço para a baixa desses saldos, sendo que a maioria dos casos são de valores baixos. Entre os valores relevantes, destaca-se os Restos a Pagar Processados de 2016, relativos a recursos de projetos em que o recurso financeiro não foi transferido para a UFSC. A razão disso está sendo apurada e espera-se a resolução, durante 2024. Outro valor relevante diz respeito a empenhos de 2018, sendo o principal um empenho para fundação de apoio, no valor de R\$ 500 mil. O coordenador do respectivo projeto foi indagado a respeito dessa pendência, mas não respondeu à solicitação, até o encerramento dessas notas explicativas.

Exceto por esses valores mais pretéritos, os Restos a Pagar Processados foram, em sua maioria, pagos, durante os dois primeiros trimestres de 2024. Foram honrados 99,6% dos valores relativos a 2021, 85,5% dos restos a pagar processados de 2022 e 100% dos restos a pagar inscritos em 2023. No total, praticamente 97% dos compromissos havidos em exercícios anteriores, e que constavam como processados, foram quitados, até o encerramento dessas notas explicativas.

Já os Restos a Pagar Não Processados – RPNP, os valores havidos de 2017 estão pendentes meramente por dificuldades técnicas para a realização da baixa, não transpostas até o encerramento do exercício. No que se refere ao saldo de 2019, trata-se de remanescente de um contrato de obra que foi rescindido unilateralmente pela administração em outubro de 2023, sendo que a efetiva baixa do empenho está aguardando desfecho judicial. Quanto aos valores herdados de 2020, 2021, 2022 e 2023 foram reduzidos em 97,3%, 18,5%, 42,1% e 86,6%, respectivamente, entre cancelamentos e pagamentos.

Vale destacar que, no que se refere a despesas com pessoal e encargos, apenas Auxílio Funeral e Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso são inscritos, eventualmente, como Restos a Pagar. As demais despesas dessa natureza são sempre custeadas com orçamento do exercício corrente, quando do fechamento da folha de pagamentos.